

JACQUES MARITAIN E O CARÁTER PRÁTICO DA FILOSOFIA MORAL

Data de aceite: 01/08/2024

André Ricardo Randazzo Gomes

INTRODUÇÃO

Jacques Maritain (1882-1973) é conhecido por se apresentar como um filósofo cristão e por propor o conceito de uma filosofia moral cristã, que ele também chama de filosofia moral adequadamente considerada. Não faltam estudos, nem críticas, sobre este conceito, que implica uma filosofia moral iluminada pela teologia sagrada e subalternada a esta. Entretanto, dificilmente se encontram estudos que se concentrem no conceito proposto por Maritain de filosofia moral inadequadamente considerada, também chamada por ele de filosofia moral puramente filosófica ou puramente natural. Neste capítulo, pretendo examinar como Maritain, alegando inspirar-se em Tomás

de Aquino, caracteriza este segundo conceito. Para isso, tomarei três obras de Maritain - *Distinguir para unir ou os graus do saber*¹, *Um ensaio sobre a filosofia cristã*², e *Ciência e sabedoria*³, nunca traduzidas ao português - e estudarei as afirmações que Maritain faz sobre a filosofia moral de Aristóteles e sobre o *Comentário* de Tomás de Aquino à *Ética a Nicômaco*. Procurarei respostas para duas questões: (1) se, para Maritain, a *Ética a Nicômaco* é uma ciência prática ou uma ciência especulativa; e (2) se, para Maritain, a *Ética a Nicômaco* é uma filosofia moral adequada ou inadequada. Por isso, não considerarei a obra *A filosofia moral: Exame histórico e crítico dos grandes sistemas*⁴, porque ali Maritain não desenvolve reflexões no sentido de responder tais questões.

Em uma primeira parte, apresentarei os textos em que Maritain trata do conceito

1 MARITAIN, Jacques. *Distinguish to unite or the degrees of knowledge*. Newly translated from the fourth French edition under the supervision of Gerald B. Phelan. New York: Charles Scribner's Sons, 1959.

2 MARITAIN, Jacques. *An essay on Christian philosophy*. Translated by Edward H. Flannery. New York: Philosophical Library, 1955.

3 MARITAIN, Jacques. *Science and wisdom*. Translated by Bernard Wall. London: Geoffrey Bles, 1940.

4 MARITAIN, Jacques. *A filosofia moral: Exame histórico e crítico dos grandes sistemas*. Tradução de Alceu Amoroso Lima. Rio de Janeiro: Agir, 1973.

de filosofia moral puramente filosófica. Nesta parte, seguirei a ordem textual na qual o próprio Maritain expõe a sua argumentação e citarei em notas de rodapé os próprios textos, a fim de evitar injustiças que alguns críticos de Maritain cometem, ao não mostrarem muito conhecimento dos textos do autor. Citarei até mesmo alguns textos em que Maritain resume o que propõe como filosofia moral adequadamente considerada, para que se possa ver melhor a distinção entre este tipo de filosofia e a filosofia moral puramente filosófica. Em uma segunda parte, apresentarei a minha interpretação dos textos citados, buscando identificar as principais teses envolvidas neles. E ao final, procurarei mostrar, ainda que brevemente, como Jacques Maritain e Tomás de Aquino responderiam às duas questões mencionadas acima.

1 OS TEXTOS DE JACQUES MARITAIN SOBRE A FILOSOFIA MORAL PURAMENTE FILOSÓFICA

No livro *Distinguir para unir ou os graus do saber*, o objetivo do Capítulo VIII, intitulado “São João da Cruz, praticante da contemplação”, é comparar a doutrina de João da Cruz com a doutrina de Tomás de Aquino. João da Cruz é chamado de doutor da sabedoria incomunicável, ao passo que Tomás de Aquino é chamado de doutor da sabedoria comunicável. E para comparar essas doutrinas, deve-se enfatizar a noção de ciência prática.

Na ciência prática, a mente busca conhecer não para conhecer, mas para agir; ela busca adquirir, a respeito de um objeto prático (um ato a ser feito), uma ciência que procede de maneira prática quanto às suas finalidades e às condições do objeto, mas que permanece no modo especulativo ou explicativo quanto ao equipamento cognitivo fundamental, e considera o universo da ação e os valores operativos desde o ponto de vista de suas razões de ser e das estruturas inteligíveis imanentes neste universo. Isso é o que Aristóteles chamou de filosofia prática: a ética, a economia, etc. Essa filosofia prática não é suficiente para regular a ação. Ela conhece de modo teórico, especulativo e explanatório coisas que precisam ser não apenas explicadas, mas feitas. Ela reúne em um sistema científico todo o conhecimento necessário para regular a ação desde longe. O filósofo mais competente em matéria ética pode ficar desconcertado com o menor ato a ser feito e pode talvez levar uma vida imoral⁵.

5 *Distinguir para unir*, pp. 311-313: “the mind takes as its concern human action going on in that world and, philosophizing, this time in the practical order, seeks to know, no longer for the sake of knowing but for the sake of acting; it seeks to acquire, respecting an object which is something practical (an act to be done), a science which proceeds in a practical manner in regard to its own finalities and the conditions of the object, but nevertheless remains speculative or explanatory in mode in regard to the general or fundamental cognitional equipment, and considers the universe of action and operative values from the point of view of its *raisons d’être* and the intelligible structures immanent in it. That is what Aristotle called practical philosophy: ethics, economics, etc. [...] The only point we want to bring out here is that practical philosophy does not suffice to regulate action. It knows in a theoretical, speculative, explanatory way things which need not only to be explained but also to be done. It gathers into a scientific system all the knowledge necessary to regulate action from afar [...]. [...] The most expert and competent philosopher in ethical matters can be disconcerted by the smallest act to be done, and he can himself lead an immoral life.”

As observações sobre o modo teórico e especulativo da filosofia prática valem também para a teologia em sua função prática. Podemos chamar isso de ciência especulativamente prática. É desde este ponto de vista que Tomás de Aquino lida com assuntos morais⁶.

O conhecimento prático correto, como regulador imediato da ação, é a virtude da prudência. Ela julga e comanda o que deve ser feito aqui e agora. Ela é uma virtude intelectual e moral; ela é conectada com as virtudes morais e pressupõe necessariamente a retidão da vontade⁷.

Entre a prudência e a ciência especulativamente prática, há uma ciência que pode ser chamada de praticamente prática. Mas quanto ao equipamento cognitivo fundamental ou quanto à estrutura das noções e definições, esta última ciência procede de modo totalmente diferente da ética filosófica ou da teologia moral. O seu modo é prático. Essa ciência reúne tudo o que já é conhecido, todas as explicações, princípios, razões de ser e regras, para preparar todo esse conhecimento para a ação. É nesse sentido que os tomistas ensinam que as ciências práticas procedem de modo compositivo como a arte e a prudência. E assim como a arte e a prudência, essas ciências também pressupõem a retidão da vontade⁸.

As ciências praticamente práticas são a ciência do praticante e têm uma dignidade e uma importância muito grandes para a cultura. Em Confúcio encontramos mais uma ciência moral do praticante do que uma ciência do filósofo. E assim também em grandes estadistas. Existem muitos escritores que são não apenas observadores dos homens, mas moralistas, isto é, praticantes da ciência moral; por exemplo: Montaigne, Pascal, Nietzsche, Shakespeare, etc.⁹

A ciência prática da contemplação de João da Cruz pode ser chamada de ciência praticamente prática.

O Apêndice VII se intitula “Especulativo e prático”. A Seção I se intitula “Sobre o modo próprio da filosofia moral”. O que a filosofia moral prepara e reúne em vista de operações

6 *Distinguir para unir*, pp. 313-314: “our remarks about the theoretical and speculative way in which practical philosophy studies its practical object (human acts) remain equally true of theology in its practical function. The theologian considers and regulates human acts in a speculative and purely intellectual manner. We may say that this is a speculatively practical science. It is from the point of view of this science that St. Thomas deals with moral affairs”.

7 *Distinguir para unir*, p. 314: “Right practical knowledge, as the immediate regulator of action, is the virtue of prudence. It judges and commands what is to be done here and now. As we know, this virtue is both intellectual and moral; it is connected with the moral virtues and necessarily presupposes the rectitude of the will.”

8 *Distinguir para unir*, pp. 314-315: “Is there not an intermediate zone of knowledge between prudence and speculatively practical science? Explicating the principles of St. Thomas, we would answer: Yes! [...] We may call it practically practical science. [...] But as to the fundamental equipment of knowledge itself or as to the structure of notions and definitions, its procedure follows a wholly different mode than does ethics or moral theology. [...] The whole mode of science here is practical. [...] The question is to prepare for action and to assign its proximate rules. [...] It gathers together everything that is already known, all the explanations, principles and *raisons d'être* [...]. [...] It is in this wholly characteristic sense that Thomists teach that practical sciences (practically practical) proceed *modo compositivo* like art and prudence. Moreover, just as prudence and art presuppose the rectifying of the appetite [...], these practical sciences too [...].

9 *Distinguir para unir*, pp. 315-316: “There is a science of the practitioner as such which is irreducible to a knowledge that is speculative in mode, and whose dignity and importance are truly great for culture. [...] Among many great moralists, Confucius, for example, we find more of a practitioner’s science than a philosopher’s science. It is likewise with many great statesmen. [...] from Montaigne and Pascal to Nietzsche, from Shakespeare to Racine and Baudelaire, from Swift or Meredith to Balzac and Dostoevsky. These powerful observers of men are not merely observers, they are not “psychologists”; properly speaking, they are moralists — not philosophers but practitioners of the science of morals.”

a ser dirigidas desde longe é um conhecimento cuja estrutura é inteiramente intelectual e cuja verdade não implica regulação pelo reto apetite nem moção afetiva, e que examina seus objetos de acordo com as leis da análise ontológica, dividindo e resolvendo, a fim de captar seu conteúdo inteligível¹⁰.

Na filosofia moral, a verdade consiste no conhecer como fundamento do dirigir; na ciência praticamente prática, a verdade consiste no dirigir, baseado no conhecer; e na prudência, a verdade consiste simplesmente no dirigir. A filosofia moral procede de modo prático quanto às condições do objeto conhecido e ao processo do raciocínio, e de modo especulativo quanto aos meios de apreender e julgar¹¹.

A Seção II se intitula “Observações gerais sobre o especulativo e o prático”. Um diagrama mostra o seguinte: (1) ciência especulativa: tem por fim conhecer para conhecer, tem por objeto um objeto de pura especulação, por modo de conhecer o modo especulativo, e como exemplo a filosofia especulativa em geral. (2) ciência especulativamente prática: tem por fim conhecer para agir, dirigindo a ação desde longe, tem por objeto um objeto operável, por modo de conhecer o modo especulativo quanto à estrutura das ideias, e como exemplos a filosofia moral e a medicina teórica. (3) ciência praticamente prática: tem por fim conhecer para agir, dirigindo a ação desde perto, tem por objeto um objeto operável, por modo de conhecer o modo prático, e como exemplos as ciências morais práticas e a medicina prática. (4) prudência: tem por fim conhecer para agir, dirigindo a ação imediatamente, tem por objeto um objeto operável, e por modo de conhecer o modo prático ao máximo grau (p. 459).

Assim como a progressiva diferenciação das ciências naturais trouxe uma distinção cada vez mais clara entre as disciplinas experimentais e a filosofia da natureza, semelhante diferença deve ser reconhecida entre a filosofia moral e as ciências praticamente práticas, sem quebrar a continuidade efetiva da ordem prática¹².

No estado da natureza decaída e redimida, não é possível uma completa sabedoria moral da ordem puramente filosófica, seja ela especulativa ou prática quanto ao modo. Mas, com a iluminação recebida da teologia e a subalternação à teologia, é possível uma sabedoria filosófica dos atos humanos inteiramente verdadeira¹³.

10 *Distinguir para unir*, pp. 457-458: “what moral philosophy thus prepares and gathers up in view of operations to be directed from afar, is knowledge whose structure is wholly intellectual, whose truth implies neither regulation by right appetite nor affective motion, and which examines its different objects according to the laws of ontological analysis, *dividendo et resolvendo*, in order to grasp their intelligible constituent.”

11 *Distinguir para unir*, p. 458: “Although truth in moral philosophy does not consist purely and simply in *cognoscere* as it does in speculative philosophy, it does at least consist in *cognoscere* as the foundation of *dirigere*, whereas in practically practical science truth consists in *dirigere* indeed, but as based upon *cognoscere*, and in prudence, it consists formally simply and solely in *dirigere* itself. [...] moral philosophy proceeds *modo pratico* in respect to the conditions of the object known and the process of reasoning, and *modo speculativo* in respect to the means themselves, of apprehending and judging.”

12 *Distinguir para unir*, p. 462: “We believe that just as the progressive differentiation of the sciences has brought out a clearer and clearer distinction between the experimental disciplines and the philosophy of nature, so likewise, and without breaking the effective continuity of the practical order, similar difference should be recognized between moral philosophy and the practically practical moral sciences.”

13 *Distinguir para unir*, p. 463: “We do not think that, in the state of fallen and redeemed nature, a complete moral wisdom of the purely philosophical order is possible, be it speculative or practical in mode. But we do think that, by illumination

No livro *Um ensaio sobre a filosofia cristã*, o Capítulo IV contém uma seção intitulada “Filosofia moral adequadamente considerada”.

Ao lidarmos com a ação humana, isto é, com o universo das coisas humanas vistas em seu dinamismo moral e em sua relação com o seu fim próprio, as nossas considerações se tornam práticas e passamos a estar diante de um objeto que se nos apresenta com uma distinção entre natureza e estado: um objeto que é natural em razão de sua essência, mas cujo estado não é puramente natural, mas depende da ordem sobrenatural¹⁴.

O homem não está em um estado de natureza pura; ele é decaído e redimido. Consequentemente, a ética, que abrange todos os assuntos da ação humana, da política e da economia, da psicologia prática, da sociologia, bem como da moralidade individual, a ética, na medida em que considera o homem em seu estado concreto, em seu ser existencial, não é uma disciplina puramente filosófica. De si mesma, ela tem a ver com a teologia, seja para se integrar à teologia, seja para se subalternar a ela¹⁵.

O filósofo não pode abster-se de escrutinar, desde o seu próprio ponto de vista e com suas próprias ferramentas, os assuntos morais, e nem de entrar nesse universo do especificamente humano - mais ainda, no mundo da espiritualidade, da graça e da santidade, porque esse mundo está no centro do universo do homem considerado existencialmente. E assim ficamos diante de uma filosofia que é cristã em um sentido proeminente e estrito: uma filosofia que não pode ser proporcionada ao seu objeto a menos que faça uso de princípios recebidos da fé e da teologia e seja iluminada por eles. Tal seria uma filosofia prática que permanece uma filosofia e procede de acordo com o modo próprio da filosofia, mas que não é puramente e simplesmente uma filosofia. Tal seria uma filosofia que deve, por necessidade, ser uma filosofia sobre-elevada, uma filosofia subalternada à teologia, de modo que ela não represente mal nem distorça o seu objeto¹⁶.

Vale muito a pena destacar a ideia de uma autêntica filosofia das coisas humanas. É de grande interesse reconhecer claramente o verdadeiro lugar dessa filosofia prática

from theology and subalternation to it, an entirely true philosophical wisdom of human acts is possible”.

14 *Um ensaio sobre a filosofia cristã*, pp. 38-39: “But when we take as our object human action — that universe of man and human things envisaged in their moral dynamism and in relation to their proper end — our considerations take an entirely new turn, in fact, a practical one. [...] For we are face to face with an object which itself presents us with distinction between nature and state: an object which is natural by virtue of its essence, but whose state is not purely natural, and depends on the supernatural order.”

15 *Um ensaio sobre a filosofia cristã*, p. 39: “Man is not in a state of pure nature, he is fallen and redeemed. Consequently, ethics, in the widest sense of the word, that is, in so far as it bears on all matters of human action, politics and economics, practical psychology, collective psychology, sociology, as well as individual morality — ethics in so far as it takes man in his concrete state, in his existential being, is not a purely philosophic discipline. Of itself it has to do with theology, either to become integrated with or at least subalternated to theology.”

16 *Um ensaio sobre a filosofia cristã*, pp. 39-40: “the philosopher cannot possibly refrain from scrutinizing, from his own peculiar standpoint and with his own tools, these same problems, and from entering into this universe of the specifically human — nay more, even into the world of spirituality, grace, and holiness, because this world is at the heart of the universe of man existentially considered. And thus are we brought face to face with a philosophy that is Christian in a pre-eminent and altogether strict sense: a philosophy which cannot be proportioned to its object unless it makes use of principles received from faith and theology, and is enlightened by these latter. Here is a practical philosophy which remains a philosophy and proceeds according to the proper mode of philosophy, yet which is not purely and simply a philosophy. Here is a philosophy which must of necessity be a super-elevated philosophy, a philosophy subalternated to theology, if it is not to misrepresent and scientifically distort its object.”

adequadamente considerada, ou considerada em seu sentido mais completo, a qual é cristã em razão das características próprias de seu objeto e na qual as luzes da razão e da fé, da filosofia e da teologia, são interconectadas; e reconhecer que esta filosofia tem ainda muitas descobertas a fazer. Quando ela ganhar maior consciência de si mesma, ela irá apreciar o vasto campo que há diante dela¹⁷.

A Nota II se intitula “Sobre a filosofia moral (Esclarecimentos sobre a filosofia moral adequadamente considerada)”.

Uma objeção é colocada à postulação da filosofia moral adequadamente considerada. Ela questiona: tal postulação não implica uma rejeição completa de toda ética puramente natural?

Não. Uma moralidade natural existe realmente e o seu papel é absolutamente fundamental, como se evidencia pela teoria das virtudes naturais formulada por Aristóteles, por exemplo. Mas essa moralidade natural não existe separadamente como uma ciência inteiramente verdadeira da conduta, assim como as virtudes naturais não existem como virtudes inteiramente verdadeiras sem a caridade. Essa moralidade natural existe meramente como um quadro estrutural da ciência moral integral, isto é, como um quadro vivo, que é parte de um organismo vivo, e que não é viável - como uma ciência suficientemente completa dos atos humanos e no grau de verdadeira ciência - separadamente desse todo vivo. Ela é incapaz de existência separada como uma ciência da conduta humana; ela pode ser considerada separada somente se for separada por meio de uma abstração e como uma coleção de verdades que é incompleta e fragmentária, incapaz (se tomada sozinha) de alcançar a unidade orgânica que uma ciência deve ter, e de alcançar na mente uma preparação inteiramente correta, ou mesmo remota, do ato que deve ser trazido à existência concreta¹⁸.

Pois faltam duas coisas a essa ética puramente natural: o conhecimento do fim último verdadeiro ao qual o homem é realmente ordenado, e o conhecimento das condições integrais da existência real do homem. A ciência moral não é uma ciência especulativa, mas sim prática (especulativamente prática), voltada desde o início ao existencial e ao

17 *Um ensaio sobre a filosofia cristã*, p. 40: “It is well worth our while thus to disengage the idea of an authentic philosophy of human things. It is, I think, of no small interest for us clearly to recognize the true place of this practical philosophy adequately considered, or taken in its fullest sense, which is Christian by reason of the very characteristics of its object and in which the lights of reason and faith, of philosophy and theology are inter-connected; and to recognize that it has yet many discoveries to make. When it has won a larger measure of self-awareness it will appreciate the vast field that lies before it.”

18 *Um ensaio sobre a filosofia cristã*, p. 62: “The view which I have advanced does not entail the dispossession of all purely natural ethics. It is my view that a natural morality really exists, and that its role is absolutely fundamental (as is plainly evidenced, to choose but one example, by the theory of natural virtues which an Aristotle found it possible to formulate). But this natural morality does not exist separately as a fully true science of conduct (any more than without charity the natural virtues exist as fully true virtues). It exists merely as a structural framework of the integral moral science: a living framework, as it were, which is part of a living organism, and which is not viable — as a science of human acts sufficiently complete and *in gradu verae scientiae* — apart from this living whole. It is incapable of separate existence as a science of human conduct; it can be considered apart only if set off by way of abstraction as a part of this science and as a collection of truths which is incomplete and fragmentary, unable (if taken alone) to achieve the organic unity a science should have, and to achieve in the mind a fully and entirely correct preparation, even remote, of the act which is to be brought into concrete existence.”

comportamento real. Como um corpo de doutrina constituindo uma ciência autêntica do comportamento humano, uma ética puramente natural poderia ser apenas a ciência da conduta do homem que está supostamente no estado de natureza pura. E as condições existenciais que esse estado conota não se dão e nunca se deram de fato, mas ocupam o reino da simples possibilidade; em outras palavras, ficam de fora da província da ciência moral¹⁹.

Uma coisa é possuir um conhecimento especulativo da natureza humana, conhecer a essência do ser humano, que permanece inalterada através dos diversos estados de que essa natureza é capaz (isso apesar de que no estado da natureza decaída, mesmo após ter sido restaurada pela graça, ela permanece “ferida”, mas dotada de uma nova força pelo contato com outras feridas, neste caso sagradas); mas outra coisa é ter a ciência prática da conduta do homem no estado de natureza pura. Eu não acho que a ética natural seja tal ciência prática; ela seria ou se tornaria tal ciência (desde que fosse organizada e completada de acordo com outras linhas), se o homem estivesse no estado de natureza pura. Na situação de fato, ela é o conjunto (não construído completamente nem organicamente, nem mesmo enquanto é natural) de verdades práticas ou verdades éticas que dependem apenas da consideração e das exigências da essência do homem. Por essa razão, ela é essencialmente incompleta; pois não é a essência humana que age, mas o homem no concreto, que é conhecido como tal apenas na condição de que tanto a sua essência quanto as suas condições existenciais sejam conhecidas²⁰.

Portanto, existe apenas uma ciência da conduta humana que é autêntica, completa e capaz de existir como tal no grau de ciência prática: é aquela que leva em consideração tanto a essência quanto o estado, tanto a ordem da natureza quanto a ordem da graça. Todos os grandes sistemas éticos que ignoram os caminhos da graça, ainda que sejam ricos em verdades parciais, são deficientes²¹.

19 *Um ensaio sobre a filosofia cristã*, p. 63: “For this it lacks two things: the knowledge of the true ultimate end to which man is actually ordained, and the knowledge of the integral conditions of man’s actual existence. Let us realize at this point that moral science is not a speculative but a practical (speculatively practical) science, from the outset turned toward the existential and toward real behavior. As a body of doctrine constituting an authentic science of human behavior, a purely natural ethic could merely be the science of conduct of man supposedly in the state of pure nature. And precisely the existential conditions which this state connotes are not, and were never given, in actual fact, but occupy the realm of simple possibility; in other words, they fall outside the province of moral science.”

20 *Um ensaio sobre a filosofia cristã*, pp. 63-64: “It is one thing to possess a speculative knowledge of human nature, to know the essence of the human being, which remains unchanged throughout the diverse states of which this nature is capable (this despite the fact that in the state of fallen nature, even after having been restored by grace, it remains “wounded,” weakened in its liberty and salutary forces, but given new strength by contact with other wounds, in this instance sacred); it is quite another thing to have the practical science of the conduct of man in the state of pure nature. I do not think natural ethics is such practical science; it would be or would become such (by being organized and completed along other lines) if man were in the state of pure nature. In real fact, it is the ensemble (neither completely nor organically constructed even insofar as just natural) of practical truths or ethical truths which depend on the sole consideration and the sole exigencies of man’s essence. It is for this reason essentially incomplete; for it is not the human essence which acts, but man in the concrete, who is known as such only on condition that both his essence and his existential conditions are known.”

21 *Um ensaio sobre a filosofia cristã*, p. 64: “There is, therefore, only one science of human conduct which is authentic, complete, and capable of existing as such *in gradu scientiae practicae*: it is that one which takes into account at once the essence and the state, the order of nature and the order of grace. All the great ethical systems which are ignorant of the ways of grace, however rich in partial truths they may be, are bound to be deficient.”

A ética de Aristóteles, sobre a qual Tomás de Aquino escreveu um comentário completo, também é deficiente. Ela é a abordagem mais próxima do que a supracitada ciência prática da conduta humana em um estado de natureza pura seria; mas, ainda assim, ela não é tal ciência. O seu notável valor reside em sua riqueza de verdades práticas que derivam da mera consideração da natureza humana. É por isso que ela nos apresenta um grande número de intuições e princípios da ética natural no sentido em que eu a defini, isto é, como uma parte *abstratamente isolada* da ética simplesmente dita, ou ainda como uma *filosofia prática inadequadamente considerada*. É desde este ponto de vista que Tomás de Aquino a comentou. No entanto, seus comentários não devem ser usados sem discernimento, e isso nem sempre é uma coisa fácil. Tomás de Aquino, firme em seu papel claramente definido de comentador, se restringe rigorosamente à interpretação literal do texto de Aristóteles; mas atendendo ao mesmo tempo às exigências da ciência moral, ele integra essa explicação literal tanto quanto possível - explicitamente ou implicitamente, conforme a ocasião - com o sistema completo da ciência moral. Em vista dessa restrição à letra de Aristóteles, nós erraríamos, se tomássemos esses comentários sobre a Ética e sobre a Política como um sistema moral cristão ou como uma formulação adequada e acabada de ciência moral (eles são uma preparação para ela). E em vista da inclinação das interpretações fornecidas, seria igualmente errôneo ver neles uma simples exegese da ética aristotélica (eles são uma exegese de Aristóteles, mas em uma perspectiva mais elevada)²².

É altamente interessante notar que, no período barroco da Escolástica, a filosofia moral foi colocada em uma posição embaraçosa. Mesmo os melhores tratados, como a *Summa Philosophiae* de Alamannus, podem ser citados como exemplo de tal posição. Os autores dessas obras, por um lado, entenderam a necessidade de uma filosofia moral distinta da teologia. Mas, por outro lado, devido à rotina pedagógica aristotélico-cristã estabelecida, e devido ao fato de que a mente avança ao passo de uma lesma na direção da consciência de sua própria organização interna, eles fracassaram em trazer completamente à luz aquelas características de uma ciência subalternada à teologia, as quais a filosofia moral precisa possuir no instante em que ela é considerada verdadeiramente adequada ao seu objeto e no grau de verdadeira ciência prática²³.

22 *Um ensaio sobre a filosofia cristã*, p. 64-65: "What in the light of all this are we to think of Aristotle's ethics, which St. Thomas commented upon? It too is deficient. It is, if you wish, the closest approach to what the aforesaid practical science of human conduct in a state of pure nature would be; still it is certainly not that science any more than the rest. We should say rather that its outstanding value lies in its wealth of practical truths which stem from the sole consideration of human nature. And that is why it presents us with a great number of insights and principles from natural ethics in the sense I have defined it, that is, an *abstractly isolated* part of ethics purely and simply so-called, or again, *practical philosophy inadequately considered*. It is from this standpoint that St. Thomas commented on it. However, we gather from these remarks that his commentaries ought not to be used without discretion, and that this is not always a simple matter. For St. Thomas, steadfast in his clearly defined role of commentator, rigorously restricts himself to the literal interpretation of Aristotle's text; but true at the same time to the claims of moral science he integrates this literal explanation as far as possible — explicitly or implicitly as occasion demands — with the complete system of moral science. In view of this restriction to the letter of Aristotle, we should err in taking these commentaries on the Ethics and the Politics for a Christian moral system, or for a finished and adequate formulation of moral science (they are rather a proximate preparation therefor). And in view of the bent of the interpretations furnished, it would be equally erroneous to see in them a simple exegesis of Aristotelian ethics (they are an exegesis of Aristotle, but in a higher perspective)."

23 *Um ensaio sobre a filosofia cristã*, p. 81: "It is highly interesting to note the awkward position into which moral philos-

E então, para que o curso de filosofia pudesse ficar completo, eles ensinaram uma filosofia moral dita puramente filosófica; e então, para que essa “filosofia” pudesse ser verdadeira, e para não desencaminhar as mentes em vez de instruí-las, eles ensinaram sob este título um tipo de fragmentação da teologia moral (da segunda parte da *Suma de Teologia*, para sermos exatos), e ao fazer isso, eles cortaram ou encobriram o nervo vital desta última (a fé e os dados revelados) e o forçaram a entrar no plano da natureza pura, enquanto mantiveram ali uma disposição material e uma ordem ou um método que não eram filosóficos, mas teológicos. Um monstro epistemológico foi o resultado - isto é, o resultado inescapável, visto que eles fracassaram em reconhecer que a filosofia moral é uma ciência subalternada à teologia, isto é, uma filosofia, mas não puramente filosófica²⁴.

No livro *Ciência e sabedoria*, a Parte Dois se intitula “Reflexões sobre a filosofia moral” e a sua Seção III se intitula “Filosofia moral puramente filosófica”.

Coloca-se uma pergunta: nas circunstâncias reais do homem, pode uma moralidade puramente filosófica formar uma verdadeira ciência prática?

No estado de natureza pura, uma ética puramente filosófica seria adequada ao seu objeto e formaria uma autêntica ciência prática. Mas no estado de natureza decaída e redimida em que nós vivemos realmente, uma ciência moral puramente filosófica prescreveria atos bons, porque seria baseada no direito natural. Mas a prescrição de alguns atos bons não é suficiente para formar uma ciência prática²⁵.

Na condição real da natureza humana, uma ciência moral puramente filosófica não seria capaz de fazer um homem viver bem, e não formaria uma verdadeira ciência prática. Apesar de suas pretensões de ser uma ciência - conhecimento organizado sob princípios e adequado ao seu objeto - ela não seria verdadeiramente prática. Ela seria uma ciência prática que não seria realmente prática - e seria por isso ilusória. Uma filosofia moral puramente filosófica nos forneceria apenas um sistema de fins, regras e virtudes adquiridas. Esse sistema seria, sem dúvida, bom em si mesmo, mas seria apenas um sistema teórico,

ophy was forced during the baroque period of Scholasticism. Even the best treatises, like the *Summa Philosophiae* of Alamannus, could be cited as evidence. The authors of these works understood, on the one hand, the need for a moral philosophy distinct from theology. But then, owing to the established Aristotelico-Christian pedagogical routine, and owing to the fact that the mind advances at a snail's pace toward an awareness of its own internal organization, they failed to bring fully to light those characteristics of a science subalternate to theology which moral philosophy must needs possess the moment it is considered truly adequate to its object and *in gradu verae scientiae practicae*.”

24 *Um ensaio sobre a filosofia cristã*, pp. 81-82: “And so, in order that the course of philosophy might be complete, they taught a so-called purely philosophic moral philosophy; and then, in order that this “philosophy” might be true, and not such as to lead minds astray instead of instructing them, they taught under this heading a sort of fragmentation of moral theology (of the *secunda pars* of the *Summa*, to be exact), and in doing so they cut away or covered over the vital nerve thereof (faith and revealed data) and forced it onto the plane of pure nature, while maintaining therein a material disposition and an order or method which were not philosophic but theological. An epistemological monster was the result — the inescapable result, since they failed to recognize that moral philosophy is a science subalternate to theology, that is, a philosophy, but not purely philosophic.”

25 *Ciência e sabedoria*, p. 162: “In the state of pure nature a purely philosophical ethic would be adequate to its object, and would form an authentic practical science, adapted for the direction of human conduct (not immediately on the plane of prudence, but on the plane of practical science). But in the state of fallen and redeemed nature in which we actually live, a purely philosophical moral science would prescribe good acts, because it would be based on natural right — such as not to lie, not to commit injustice, to practise filial piety, etc. But the prescription of certain good acts is not enough to form a practical science [...]”

designado para estabelecer em um estado de bondade uma essência separada, uma criatura da possibilidade, um ser humano outro que o homem que conhecemos²⁶.

Se um homem tomasse uma tal ciência moral puramente filosófica como um guia para a sua vida, ele certamente seria desencaminhado. As omissões a respeito da relação do homem com a ordem sobrenatural, omissões que se encontram nessa filosofia moral puramente filosófica, falsificariam a direção da vida humana. Embora no mundo da especulação ignorar uma verdade não falsifique um conhecimento, no mundo da prática, onde se deve dar direção à conduta e onde a razão procede de modo compositivo, a ignorância ou a omissão de um elemento necessário à conduta falsifica a própria conduta. Em seu nível de conhecimento por causas e princípios, uma filosofia moral que ignore as condições reais da existência humana e certos princípios dos quais ela depende (um desses princípios, a graça divina, é tão necessária quanto a natureza), tal filosofia é não apenas incompleta, mas incapaz de dirigir a vida humana de modo apropriado²⁷.

A ética natural realmente existe. Ela estabelece verdades preciosas e fornece ao teólogo instrumentos nocionais indispensáveis. Mas tomada em si mesma, essa filosofia moral inadequadamente considerada é apenas um começo ou esboço de ciência, ou uma massa de materiais filosóficos preparados para a ciência. Se ela tem um caráter verdadeiramente prático, isso é sob a condição de que ela não tenha a pretensão de cruzar o limiar da ciência estrita e formal da conduta humana. Ela só cruza esse limiar quando é integrada como uma parte de um todo vivo em uma ciência moral capaz de organizar de modo científico todos esses materiais, porque ela não ignora o verdadeiro fim último do homem e as condições reais de sua existência²⁸.

Onde é que, na situação de fato, encontramos uma filosofia moral puramente filosófica, ou uma ética puramente natural? O moralista trabalha com a vida humana. A

26 *Ciência e sabedoria*, p. 163: "In the actual condition of human nature, a purely philosophical moral science would not be capable of making a man live well, and would not form a true practical science. For all its claim to be a science — knowledge organised under principles and adequate to its object — it would not be truly practical. It would be a practical science which was not really practical — and for this reason illusory. A purely philosophical moral philosophy would only provide us with a system of ends, of rules, and of achieved virtue (perfectae virtutes). This system would be doubtless good in itself, but it would be a merely theoretical system, designed to establish in a state of goodness a separated essence, a creature of possibility, a human being other than man as we know him."

27 *Ciência e sabedoria*, p. 164: "Thus, if a man were to take such a purely philosophical moral science as a guide for his life, he would surely be led astray. The omissions concerning man's relationship to the supernatural order which are to be found in this purely philosophical moral philosophy would falsify the direction of human life. Though in the world of speculation to ignore a truth does not falsify one's knowledge — theodicy for instance is in no way falsified by its ignorance of the Trinity — yet in the field of practice, where direction must be given to conduct, and where reason proceeds *modo compositivo*, the ignorance or omission of an element necessary to conduct falsifies conduct itself. At its level of knowledge *per causas et principia*, a moral philosophy which ignores the real conditions of human existence and certain of the principles on which it depends — and one of these principles, divine Grace, is as necessary as nature itself — it is not only incomplete, but incapable of directing human life in a proper way."

28 *Ciência e sabedoria*, p. 166: "As I have tried to point out in an earlier work natural ethics really exists. It establishes precious truths and provides the theologian with indispensable notional instruments. But taken in itself, this moral philosophy inadequately considered is only a beginning or sketch of science, or a mass of philosophical materials prepared ready for science. If it has a truly practical character, it is on the condition that it makes no pretence of crossing the threshold of the science, strictly and formally so-called, of human conduct. It only crosses this threshold when it has been integrated as part of a living whole in a moral science capable of organising in scientific fashion all these materials because it does not ignore the true last end of man and the actual conditions of his existence."

sua experiência do homem é a de homens reais - e eles não estão em um estado puro de natureza. Na medida em que a experiência desempenha um papel na filosofia moral (e ela desempenha um papel fundamental) e na medida em que o filósofo respeita os dados da experiência, algo mais do que aquilo que é puramente natural entrará em sua filosofia, mas isso ocorrerá de maneira obscura e implícita, porque ele não consegue discernir isso. Se ele procurar conceptualizar e sistematizar tudo em uma estrutura de pura razão, contando apenas com a ajuda da filosofia, ele construirá, na verdade, não uma filosofia moral puramente filosófica dedicada a um homem possível, mas uma falsa moralidade, designada para o homem tal como ele é, mas com o seu eixo todo torto. Aristóteles escapou desse infortúnio em algum grau, só por causa do caráter não sistemático de sua ética. Mais prudente do que a ética epicúrea e a estoica, a ética aristotélica aparece mais como uma série de esboços e figuras parciais (às vezes muito elaboradas) do que uma ciência organicamente constituída. Além disso, nem mesmo os gregos trabalharam com a natureza pura como o seu material. Essas considerações podem nos ajudar a entender o tipo de benefício que podemos derivar do estudo dos grandes moralistas da antiguidade pagã ou dos não-cristãos de hoje. Quaisquer que sejam as suas deficiências e erros, nós não encontramos uma ética puramente natural em Confúcio, e menos ainda em Ramanuja e Sankara. E tampouco, nos tempos modernos, se encontra uma ética puramente natural em Nietzsche²⁹.

2 AS TESES ESSENCIAIS DE JACQUES MARITAIN SOBRE A FILOSOFIA MORAL PURAMENTE FILOSÓFICA

Em *Distinguir para unir ou os graus do saber*, as ciências especulativas e as ciências práticas são distinguidas da seguinte maneira. As ciências especulativas têm por fim o conhecimento em vista do conhecimento, por objeto um objeto de pura especulação (cada ciência especulativa tem um objeto próprio), e por modo de conhecer o modo especulativo. As ciências práticas são distinguidas em três tipos, e podem ser colocadas em uma ordem desde a mais especulativa até a mais prática, da seguinte maneira: primeiro, a ciência especulativamente prática; segundo, a ciência praticamente prática; e terceiro, a prudência.

29 *Ciência e sabedoria*, p. 167: "Where, in real fact, are we to find a purely philosophical moral philosophy, or a purely natural ethic? The moralist works on human life. His experience of man is that of real men — and they are in no pure state of nature. In the measure in which experience plays a part in moral philosophy (and it does so in great measure, and is fundamental), and in the measure in which the philosopher respects the data of experience, something more than what is purely natural will enter into his philosophy: though in an obscure and implicit way, because he is not able to discern it. If he seeks to conceptualise and systematise it all in a texture of pure reason, with the sole aid of philosophy, he will construct, in fact, not a purely philosophical moral philosophy dedicated to a *homo possibilis*, like that to which we have just referred, but a false morality, designed for man as he is but with its axis all awry. Aristotle escaped this misfortune in some degree only because of the unsystematic character of his ethics: more prudent than the Epicurean and the Stoic, it appears rather as a series of sketches and partial pictures (sometimes very elaborate) than as an organically constituted science. Moreover, even the Greeks did not work on pure nature as their material. These considerations may help us to understand the sort of profit we can derive from studying the great moralists of pagan antiquity, or the non-Christians of to-day. Whatever their deficiencies and errors, we do not find a purely natural ethic in Confucius: still less in Ramanuja and Sankara. Nor, in modern times, is a purely natural ethic to be found in Nietzsche."

A prudência não é exatamente uma ciência, e sim um tipo de saber, isto é, o saber prático correto, que regula e dirige imediatamente a ação, julgando e comandando a ação que deve ser feita aqui e agora. Ela é uma virtude intelectual e moral; é conectada com as virtudes morais e pressupõe o reto apetite. O seu fim é o conhecimento em vista da ação, o seu objeto é um objeto operável, e o seu modo de conhecer é o modo prático ao máximo grau.

O critério que distingue fundamentalmente a ciência especulativamente prática e a ciência praticamente prática é o modo de conhecer, ou modo de proceder. Esses dois tipos de ciência possuem o mesmo fim, que é o conhecimento em vista da ação, e o mesmo objeto, que é um objeto operável.

A ciência especulativamente prática tem um modo de conhecer especulativo. Esse modo de conhecer é teórico e explicativo quanto ao equipamento cognitivo fundamental e quanto à estrutura das noções. Ele examina seus objetos de acordo com as leis da análise ontológica, dividindo e resolvendo, a fim de captar seu conteúdo inteligível. Ele forma um sistema científico. Ele é ordenado ao conhecer como fundamento do dirigir, e dirige a ação desde longe. A verdade visada não implica regulação pelo reto apetite e nem moção afetiva. Por isso, pode ocorrer que exista um filósofo moral que seja desprovido de virtude moral. A filosofia moral de Aristóteles é um exemplo de ciência especulativamente prática. A Segunda Parte da *Suma de Teologia* de Tomás de Aquino também é um exemplo dessa ciência. Pode-se dizer ainda que a filosofia moral procede de modo prático quanto ao processo do raciocínio, e de modo especulativo quanto aos meios de apreender e julgar.

A ciência praticamente prática tem um modo de conhecer prático, que é contrário ao modo de conhecer especulativo. O modo prático também é chamado de modo compositivo. O modo prático prepara para a ação todas as explicações, princípios, razões de ser e regras. Ele pressupõe o reto apetite e a experiência, como a prudência. Ele é ordenado ao dirigir, baseado no conhecer, e dirige a ação desde perto. Esse tipo de ciência é a ciência moral que o seu praticante tem, e não a ciência moral que o filósofo formula. Exemplos de autores que apresentam esse tipo de ciência moral são Montaigne, Pascal, Nietzsche, Shakespeare, Confúcio e João da Cruz.

A distinção entre a ciência especulativamente prática e a ciência praticamente prática pode ser vista também em um sentido histórico: assim como a ciência física experimental e a filosofia da natureza foram distinguindo-se cada vez mais no curso da história, assim também a filosofia moral (especulativamente prática) e as ciências praticamente práticas foram diferenciando-se historicamente.

Em *Um ensaio sobre a filosofia cristã*, coloca-se a seguinte questão: a postulação da filosofia moral adequadamente considerada não implica uma rejeição completa de toda ética puramente natural? Não. Uma moralidade natural existe e o seu papel é fundamental, como se evidencia pela teoria das virtudes naturais formulada por Aristóteles, por exemplo. Entretanto, essa moralidade natural não existe separadamente nem é viável

separadamente, mas existe apenas como parte da ciência moral integral, isto é, da ciência moral que leva em consideração tanto a ordem da natureza quanto a ordem da graça. Se tomada separadamente, a moralidade natural existe apenas como uma coleção de verdades que é incompleta e fragmentária.

Faltam duas coisas à ética puramente natural: o conhecimento do fim último verdadeiro ao qual o homem é realmente ordenado, e o conhecimento das condições integrais da existência real do homem. No entanto, a ética puramente natural, como a ética de Aristóteles, por exemplo, não realiza plenamente o conceito puro ou exato que uma ética puramente natural deveria ter. Esse conceito puro ou exato requer que a ética estude a conduta do homem que está no estado de natureza pura. Como o homem nunca existiu realmente em tal estado de natureza pura, segue-se que nem mesmo a ética de Aristóteles realiza plenamente o conceito puro ou exato da ética puramente natural.

Existe um conhecimento especulativo da natureza humana, que estuda a essência do ser humano, e esse conhecimento é adequado, porque essa essência permanece inalterada através dos diversos estados pelos quais ela passa (como o estado de natureza decaída e o de natureza redimida). No entanto, não existe um conhecimento prático da conduta humana, que estuda a conduta do homem que está no estado de natureza pura, porque este estado nunca existiu. Uma ética só é adequada, se ela considera o homem tanto em sua essência quanto em seu estado concreto, isto é, em suas condições existenciais. É preciso que ela considere tanto a ordem da natureza quanto a ordem da graça. Todos os grandes sistemas éticos que ignoram os caminhos da graça, ainda que sejam ricos em verdades parciais, como a ética de Aristóteles, são deficientes.

A ética de Aristóteles contém muitas verdades práticas, mas elas derivam da mera consideração da natureza humana em sua essência. Tais verdades são alcançadas por meio da abstração do estado concreto e das condições existenciais do homem. Por isso, tal ética pode ser chamada de filosofia prática inadequadamente considerada. Assim, esta ética é usada como uma parte abstratamente isolada dentro da ética completa, que leva em consideração tanto a ordem da natureza quanto a ordem da graça. No comentário que Tomás de Aquino escreveu sobre a ética de Aristóteles, Tomás de Aquino considera essa ética no sentido de uma filosofia prática inadequadamente considerada. Não podemos considerar os comentários de Tomás de Aquino sobre a ética e a política de Aristóteles como um sistema moral cristão ou como uma formulação adequada e acabada de ciência moral (eles são uma preparação para ela). Seria igualmente errôneo ver neles uma simples exegese da ética aristotélica (eles são uma exegese de Aristóteles, mas em uma perspectiva mais elevada).

No período barroco da Escolástica, a filosofia moral foi colocada em uma posição embaraçosa. Os melhores autores da época entenderam a necessidade de uma filosofia moral distinta da teologia. Entretanto, em vez de postularem uma filosofia moral subalternada à teologia, como uma filosofia moral adequadamente considerada, o que seria o correto a

fazer, eles pretenderam ensinar uma filosofia moral puramente filosófica. Mas o que eles pretenderam ensinar assim foi uma fragmentação da Segunda Parte da *Suma de Teologia* de Tomás de Aquino, subdividida em duas partes. Para isso, eles cortaram e encobriram o seu nervo vital, que são a fé e os dados revelados, como se tal ensino pertencesse ao plano da natureza pura, e como se tal ordem ou método de ensino fosse filosófico e não teológico. Com isso, eles criaram um monstro epistemológico.

Em *Ciência e sabedoria*, coloca-se a seguinte questão: nas circunstâncias reais do homem, pode uma moralidade puramente filosófica formar uma verdadeira ciência prática? Não. Tal ciência moral apenas prescreveria alguns atos bons, baseando-se no direito natural, o que não é suficiente. Tal ciência prática não seria realmente prática; ela seria ilusória.

Se um homem tomasse uma tal ciência moral puramente filosófica como um guia para a sua vida, ele certamente seria desencaminhado. As omissões a respeito da relação do homem com a ordem sobrenatural, omissões que se encontram nessa filosofia moral puramente filosófica, falsificariam a direção da vida humana. Uma filosofia moral que ignore as condições reais da existência humana e certos princípios dos quais ela depende, como a graça divina, é incompleta e incapaz de dirigir a vida humana de modo apropriado.

A ética natural existe realmente, contém verdades preciosas e fornece ao teólogo instrumentos nocionais indispensáveis. Ela é um começo ou esboço de ciência, que contém materiais preparativos para uma ciência estrita e formal que não ignora o verdadeiro fim último do homem e as condições reais de sua existência.

Para que possa construir uma filosofia moral puramente filosófica, o filósofo tem de se basear na experiência concreta dos homens reais, que não estão em um estado de natureza pura. Se ele considerar devidamente tal experiência, algo mais do que aquilo que é puramente natural entrará em sua filosofia, mas isso ocorrerá de maneira obscura e implícita, porque ele não consegue discernir isso. E então, se ele conceptualizar e sistematizar tudo em uma estrutura de pura razão, contando apenas com a ajuda da filosofia, ele acabará construindo uma falsa moralidade. A ética de Aristóteles não é tão falsa assim, porque não é tão sistemática, mas se apresenta mais como uma série de esboços e figuras parciais. A ética criada pelos grandes moralistas da antiguidade pagã ou pelos não-cristãos de hoje não é puramente natural.

CONCLUSÃO

A primeira questão que eu propus na Introdução deste capítulo é se, para Jacques Maritain, a *Ética a Nicômaco* é uma ciência prática ou uma ciência especulativa. Sobre isso, a posição de Maritain é a seguinte. A ética de Aristóteles e a Segunda Parte da *Suma de Teologia* de Tomás de Aquino são consideradas como pertencentes ao tipo da ciência especulativamente prática, com um fim que é o conhecimento em vista da ação, com um objeto operável, e com um modo de conhecer que é especulativo quanto ao equipamento cognitivo fundamental. A ética de escritores moralistas como Montaigne, Pascal e Confúcio e a doutrina de João da Cruz são consideradas como pertencentes ao tipo da ciência praticamente prática, com um fim que é o conhecimento em vista da ação, com um objeto operável, e com um modo de conhecer que é prático (compositivo). A ciência moral de Tomás de Aquino e a de João da Cruz são exemplos de teologia moral, ao passo que a ética de Aristóteles e a de escritores moralistas como Montaigne, Pascal e Confúcio são exemplos de filosofia moral natural, que na verdade não é puramente natural. O “monstro epistemológico”, que é um tipo de ética filosófica que teria sido criada pelos melhores autores da época barroca da Escolástica, pode ser encontrado em João de Santo Tomás (1589-1644), como veremos logo a seguir.

Em todos os textos de Maritain sobre a filosofia moral de Aristóteles, Maritain põe em dúvida o caráter prático dessa filosofia moral, como se estivesse se recusando a conceder que ela é uma ciência prática. Como observa Richard Geraghty em sua tese doutoral³⁰ sobre o caráter prático do *Comentário* de Tomás de Aquino à *Ética a Nicômaco*, a única razão que explica essa dúvida e essa recusa é que Maritain pretende seguir a opinião de João de Santo Tomás, um dominicano tomista português que afirma o seguinte³¹. A ciência moral pode ser considerada de dois modos: de um modo, como prática, enquanto inclui a prudência, e, de outro modo, como especulativa, enquanto exclui a prudência. Como prática, ela usa o princípio prático: “o bem deve ser feito”, de modo prático, e procede movendo e compondo. Como especulativa, ela usa princípios especulativos, de modo especulativo, procede resolvendo e definindo, e conhece a natureza das virtudes e da prudência na razão do verdadeiro, como se dá, por exemplo, na *Prima Secundae* da *Suma de Teologia* e nos livros éticos. Assim, não há “ciência prática”, isto é, não há ciência que use simultaneamente princípios e modos especulativos e práticos. Por isso, pode dar-se que alguém tenha a ciência moral enquanto especulativa, mas não tenha a prudência.

Maritain, entretanto, tende a propor que a *Ética a Nicômaco* identifica-se apenas com a ciência moral especulativa, mas não com a ciência moral prática, isto é, com a prudência. No entanto, para Tomás de Aquino, é correto identificar a *Ética a Nicômaco*

30 GERAGHTY, Richard. *The object of moral philosophy according to St. Thomas Aquinas*. Dissertação (Doutorado em Filosofia), University of Toronto, Toronto, 1980, pp. 191-192.

31 JOÃO DE SANTO TOMÁS. *Sobre la naturaleza de la lógica*. Introducción de Mauricio Beuchot, traducción de Gabriel Ferrer. Cidade do México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1994, q. 1, a. 4, ad 3.

com a prudência, mas não com uma filosofia moral especulativa, da qual Tomás de Aquino nunca falou e a qual seria uma parte da ciência natural, isto é, da física. Nos capítulos anteriores, foram examinadas a tese de João de Santo Tomás e a tese do predecessor e provável inspirador de João, Juan Sánchez Sedeño, que pergunta se as ciências morais são práticas ou especulativas.

A segunda questão que eu propus na Introdução deste capítulo é se, para Jacques Maritain, a *Ética a Nicômaco* é uma filosofia moral adequada ou inadequada. Sobre isso, a posição de Maritain é a seguinte. Faltam duas coisas à ética natural: o conhecimento do fim último verdadeiro ao qual o homem é realmente ordenado, e o conhecimento das condições integrais da existência real do homem. A ética natural pretende considerar apenas a essência do homem, a sua pura natureza, mas não a sua existência ou estado concreto, que é o de uma natureza decaída e redimida. Por isso, a ética natural pode ser chamada de filosofia prática inadequadamente considerada. Essa ciência prática não é realmente prática, mas é ilusória. As omissões dessa ciência a respeito da relação do homem com a ordem sobrenatural falsificam a direção da vida humana. A ética de Aristóteles não é tão falsa assim, porque não é tão sistemática, mas fornece instrumentos nocionais indispensáveis ao teólogo. A ética natural dos grandes moralistas da antiguidade pagã e dos não-cristãos de hoje não é puramente natural.

Quanto à posição de Tomás de Aquino sobre essa questão, concluirei citando a conclusão do teólogo dominicano William Wallace, que afirma estar em consonância com as conclusões de outros teólogos dominicanos, como Thomas Deman e Santiago Ramírez, que também discutiram essa questão com referência à proposta de Jacques Maritain. A partir do nível sapiencial, mais elevado, da teologia moral, deve-se rejeitar a proposição de que a ética natural é “falsa”, quando esta ética natural é considerada à luz das duas verdades reveladas. Quanto à verdade de fé segundo a qual o homem existe em um estado de natureza decaída, isso não afeta de modo algum a validade da análise do filósofo. Na verdade, a matéria de fato que é considerada pelo filósofo é o homem neste estado de natureza decaída, mas o filósofo, enquanto mero filósofo, não tem como conhecê-lo assim, e, portanto, não pode falar de natureza “pura”, ou natureza “decaída”, ou natureza “integral”, mas só da natureza humana que ele encontra na realidade existencial. O teólogo moral, por outro lado, pode fazer todas essas precisões à luz da verdade revelada. As mesmas considerações também se aplicam à verdade de fé segundo a qual o fim último do homem não é Deus como o Autor da natureza, mas Deus como é em si mesmo, a ser alcançado sobrenaturalmente na visão beatífica. O filósofo moral, pelas limitações intrínsecas de sua ciência, só pode falar de Deus como a fonte da felicidade natural, e ele dirige o homem a esse fim. O teólogo moral, no entanto, a partir de sua fonte de conhecimento vastamente superior, sabe que o Deus que é a fonte da felicidade natural, na consideração do filósofo moral, é o mesmo Deus que será alcançado na visão beatífica, assim como o Deus uno da teologia natural é o mesmo que o Deus triunfo da sagrada teologia. Esse conhecimento

adicional do teólogo mostra que a ignorância da verdade revelada não falsifica a direção dada pelo filósofo moral à ação humana. O filósofo moral dirige a ação humana ao fim próprio dela, apesar do fato de que ele não conhece aquele fim do mesmo modo como ele é cognoscível ao teólogo moral. O conhecimento do filósofo moral não é tão perfeito quanto o do teólogo moral, mas o que ele sabe é verdadeiro e adequado para construir uma válida ciência humana que governe a ação do homem³².

Seria pertinente, para concluirmos, observar que debate-se hoje como Tomás de Aquino concebe a existência da virtude pagã³³.

32 WALLACE, William. *The role of demonstration in moral theology*. Washington, D.C.: The Thomist Press, 1962, pp. 159-160: "Seen now from the higher, sapiential level of moral theology, the so-called falsification of natural ethics in the light of revealed truths is likewise to be rejected. As to the first truth of divine faith, namely, that man exists in a state of fallen nature, this in no way affects the validity of the philosopher's analysis. In fact, the de facto subject of his consideration is man in this state of fallen nature, although he has no way of knowing that precisely as such, and therefore cannot speak of "pure" nature, or "fallen" nature, or "integral" nature, but only of the human nature that he finds in existential reality. [...] The same considerations also apply to the second revealed truth, namely, that man's ultimate end is not God as the Author of nature, but rather God as He is in Himself, to be attained supernaturally in the beatific vision. Again the moral philosopher, by the intrinsic limitations of his science, can only speak of God as the source of natural beatitude, and he directs man towards that end. The moral theologian, however, from his vastly superior source of knowledge, knows that the God who is the source of natural beatitude, in the moral philosopher's consideration, is the same God who will be attained in the beatific vision, just as the one God of natural theology is the same as the triune God of sacred theology. Here too, this added knowledge throws new light on the difficulty of moral philosophy, but it also shows that the ignorance of revealed truth does not falsify the direction given by the moral philosopher to human action. He directs it to its proper goal, despite the fact that he does not know that goal as such, in the way in which it is knowable to the moral theologian. [...] and thus his knowledge is not as perfect as that of the moral theologian; but what he does know is true nonetheless, and adequate to construct a valid human science governing man's action."

33 Ver KNOBEL, Angela McKay. *Aquinas and the infused moral virtues*. Notre Dame: University of Notre Dame Press, 2021; e DECOSIMO, David. *Ethics as a work of charity: Thomas Aquinas and pagan virtue*. Stanford: Stanford University Press, 2014.